

Destinatários:

Comissões, GABPAR, Grupos Parlamentares, GABSG, SAR

224 - Sumário da Síntese semanal da atualidade europeia - 9 a 13 de dezembro de 2024

1. PRESIDÊNCIA POLACA DO CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA	1
2. CONSELHO EUROPEU - 19 DE DEZEMBRO	2
3. PARLAMENTO EUROPEU - COMISSÕES	3
REGI - POLÍTICA DE COESÃO	3
AFET - SÍRIA	3
EMPL - Integração de migrantes no mercado de trabalho	4
4. DEFESA - INVESTIMENTO DOS PAÍSES DA NATO	5
5. POLITICO - AS 28 PERSONALIDADES MAIS INFLUENTES NA EUROPA	6
6. COMISSÃO EUROPEIA -MIGRAÇÕES	7
7. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR	7
Património cultural	7
Estado de direito	8
8. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE	8
Conselho (Agricultura e Pescas)	8
Eurogrupo	9
Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros)	9
Conselho (Justiça e Assuntos Internos) sobre Assuntos Internos	9
9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA	9
Conselho Europeu	9
Parlamento Europeu	9
Comissão Europeia	9
Conselho da UE	9

1. PRESIDÊNCIA POLACA DO CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA

Demos nota, na <u>Síntese anterior</u>, da antecipação das **prioridades da Presidência polaca do Conselho da União Europeia (UE)**, que se iniciará a 1 de janeiro de 2025, por seis meses. Assim, o lema central da Presidência será "**Segurança, Europa!**", que sublinha a determinação da Polónia em assegurar que a dimensão da segurança continue a ser uma pedra angular de todas as questões europeias fundamentais.

No dia 10 de dezembro, representantes do Governo polaco apresentaram as prioridades da Presidência polaca, bem como o seu logótipo e lema (conferência de imprensa aqui). Como havíamos dado nota, as prioridades da Presidência estão estruturadas em torno de **sete pilares principais**: segurança externa, energia, estabilidade económica, segurança alimentar, ação climática, saúde e informação.



A página oficial da Presidência polaca está disponível em https://polish-presidency.consilium.europa.eu/ e o programa e prioridades podem ser consultados aqui. Apresentamos aqui um breve sumário deste programa da Presidência, que terá como principais prioridades a segurança, a defesa da estabilidade europeia, o reforço da competitividade económica da União e a adaptação às transformações climáticas e digitais.

- **Segurança e Defesa:** será a prioridade central da Presidência, com um enfoque na defesa da UE contra ameaças externas, em particular a agressão russa, e no reforço da sua capacidade de defesa interna. Tem como objetivo complementar os esforços da NATO e incentivar um aumento do financiamento da defesa pelos Estados-membros, promovendo a criação de uma base industrial de defesa mais robusta, com destaque para as infraestruturas de defesa crítica, como a *East Shield* e a *Baltic Defence Line*. Este esforço inclui o apoio contínuo à Ucrânia, com a Polónia a trabalhar para uma assistência militar e económica constante.
- Apoio à Ucrânia: considera-se que "A agressão russa é uma guerra contra os princípios e valores que a UE defende, como a democracia e o Estado de direito", sendo que a Presidência comprometer-se-á a "garantir uma paz duradoura e justa" para a Ucrânia, mantendo a pressão sobre a Rússia para que cesse a sua agressão. Além disso, o apoio à reconstrução da Ucrânia será uma prioridade, assim como o reforço das sanções à Rússia e Bielorrússia. A Presidência polaca pretende acelerar o processo de integração da Ucrânia na UE, um passo que será crucial para a segurança europeia.
- **Segurança Energética e Transição Climática:** o objetivo é assegurar uma transição energética eficiente, garantindo o acesso a fontes de energia limpas e seguras, com preços acessíveis tanto para consumidores quanto para empresas, promovendo a "total descontinuação das importações de energia russa". A Polónia trabalhará para "reduzir os preços da energia na UE" e para "reforçar a resiliência"

1

física e cibernética das infraestruturas energéticas", ao mesmo tempo que promove um "ambiente de mercado equitativo para todas as fontes de energia limpa".

- Competitividade Económica e Mercado Único: os esforços estarão concentrados na promoção do Mercado Único e no reforço da indústria europeia, removendo as barreiras ao comércio transfronteiriço, particularmente no setor de serviços, e avançar com a eliminação de obstáculos burocráticos, bem como no apoio à inovação e à digitalização da indústria. A promoção de um mercado de capitais mais dinâmico, com maior envolvimento de capital privado na economia e na transição verde e digital, será essencial para fortalecer a competitividade da UE.
- Relações Externas e Alianças: aprofundamento da <u>cooperação transatlântica</u>, especialmente com os Estados Unidos e o Reino Unido, e a fortalecer as alianças da UE com parceiros estratégicos na Ásia, Médio Oriente e África. A normalização das relações com a Arménia e o Azerbaijão também estará na agenda, assim como a estabilidade na região do Cáucaso e o apoio à adesão da Geórgia à UE.
- **Reformas Institucionais e Governança da UE:** a reforma das instituições e o alargamento da UE serão também prioridades. A Polónia impulsionará discussões sobre o futuro da governança da UE, focando-se na preparação da União para a adesão de novos membros O programa salienta a necessidade de uma "análise sólida e baseada em factos" para preparar a União para os desafios das futuras reformas, incluindo a atualização do quadro orçamental da UE pós-2027.

2. CONSELHO EUROPEU - 19 DE DEZEMBRO

Terá lugar, a 19 de dezembro, uma reunião do Conselho Europeu, a primeira a ser presidida por António Costa. Nos termos da carta de convite (aqui), os temas constantes da agenda serão os seguintes: *Ucrânia; Médio Oriente; A UE no mundo; Resiliência, preparação, prevenção e resposta a crises; Migração; Outros temas, que incluem a situação na Geórgia e na Moldávia.*

Importa dar nota de que Volodymyr Zelenskyy, Presidente da **Ucrânia**, participará na reunião, e que os dirigentes da UE debaterão a guerra de agressão da Rússia contra a Ucrânia em todas as suas dimensões, incluindo os últimos desenvolvimentos no terreno.

Por outro lado, os dirigentes da UE debaterão a rápida evolução da situação no <u>Médio Oriente</u>, nomeadamente a melhor forma de a UE contribuir para os esforços de desanuviamento, o acordo de cessar-fogo entre Israel e o Líbano e os últimos acontecimentos na <u>Síria</u>.

Terá lugar um debate estratégico sobre a forma como a **UE pode consolidar o seu papel na cena internacional** e defender os seus interesses e promover as suas posições. O debate centrar-se-á no caminho a seguir num cenário multipolar e na forma de assegurar relações estratégicas mutuamente benéficas. Neste contexto, os dirigentes debaterão *a forma de promover uma rede mais ampla e profunda de parceiros a nível mundial, as relações UE-EUA, e as relações entre a UE e o Reino Unido (<u>Acordos pós-Brexit</u>)¹.*

Por outro lado, os Chefes de Estado ou de Governo debaterão a forma de **reforçar a resiliência**, a preparação, a prevenção de crises e as capacidades de resposta da UE, com base no <u>relatório elaborado por Sauli Niinistö</u> para a Comissão Europeia. Neste contexto, debaterão o <u>impacto de um cenário de ameaças em evolução</u> e o número crescente de catástrofes naturais devido às alterações climáticas.

Sobre **migração**, farão o balanço dos progressos realizados na aplicação das anteriores <u>conclusões sobre a migração</u>, nomeadamente reforçar o controlo das fronteiras externas da UE, cooperar com os países terceiros de

¹ Sobre esta matéria, importa dar nota do resultado do encontro entre o Presidente do Conselho Europeu e o Primeiro-Ministro britânico esta semana, disponível <u>aqui</u>.

origem e os países de trânsito para combater as causas profundas, lutar contra o tráfico e a introdução clandestina de migrantes e evitar a perda de vidas e as partidas irregulares.

Finalmente, e em matéria de **Negócios Estrangeiros**, os dirigentes da UE poderão abordar questões específicas de política externa, nomeadamente a evolução da situação na <u>Geórgia</u> e na <u>Moldávia</u>.

3. PARLAMENTO EUROPEU - COMISSÕES

REGI - POLÍTICA DE COESÃO

No dia 12 de dezembro, os Deputados da Comissão de Desenvolvimento Regional (REGI) do PE e os membros Comissão de Política de Coesão Territorial e Orçamento da UE (COTER) do Comité das Regiões (CR) debateram o **futuro da política de coesão após 2027** com Raffaele Fitto, vice-presidente executivo da Comissão Europeia para a Coesão e as Reformas (detalhe <u>aqui</u>). O tema central foi como reforçar, reformar e melhorar a política de coesão, assegurando ao mesmo tempo a participação global dos órgãos de poder local e regional nos seus processos de decisão e execução.

O vice-presidente executivo da Comissão Europeia, Raffaele Fitto, que foi membro da REGI e da COTER no passado, sublinhou que a UE não pode avançar sem uma política de coesão forte com as regiões no centro, afirmando que a política tem de ser mais bem alinhada com as prioridades da União, preservando simultaneamente os seus princípios fundamentais de uma abordagem de base local, governação a vários níveis e parceria. Além disso, o Vice-Presidente Executivo Fitto sublinhou que todos os europeus têm direito à igualdade de oportunidades, independentemente do local onde vivem, incluindo o direito de permanecer na sua região de origem. A política de coesão deve responder aos desafios com soluções adaptadas e, neste contexto, as regiões e as cidades têm um papel central, pois devem estar "no controlo dos seus próprios destinos".

Embora reconhecendo a necessidade de uma maior simplificação da Política de Coesão, os participantes opuseram-se a qualquer possível centralização no futuro. Apelaram à preservação dos "princípios de ouro" da política, como a gestão partilhada entre as autoridades europeias, nacionais e locais, e uma abordagem de base local. Além disso, os membros do CR e os Deputados do Parlamento Europeu salientaram a necessidade de um orçamento de longo prazo da UE que dê prioridade à coesão económica, social e territorial após 2027.

O debate pode ser visto aqui.

AFET - SÍRIA

No dia 10 de dezembro, a Comissão de Assuntos Externos debateu com a Alta Representante a situação na **Síria** (detalhe <u>aqui</u> e vídeo <u>aqui</u>), tendo apelado à unidade da comunidade internacional em relação à Síria. Considerou que "Podemos ajudar a "moldar" o futuro da Síria e da região. Ao apoiarmos a Síria no seu processo de transição, é importante reconhecer a necessidade de um processo de reconstrução inclusivo, que inclua todas as minorias, mas também as mulheres e as raparigas", Manifestou a sua expectativa de que a comunidade internacional, incluindo os países da região, transmita a mesma mensagem ao grupo <u>Hayat Tahrir al-Sham (HTS)</u>, em especial no que diz respeito à proteção das minorias: "Precisamos de apresentar uma mensagem unida e uma boa coordenação com os actores no terreno. A UE não pode fazer nada sozinha, deve poder atuar com os seus parceiros regionais", insistiu. " Temos de transmitir a mesma mensagem: manter a calma, evitar uma nova guerra civil, a radicalização e proteger as minorias, evitar represálias e vinganças".

A chefe da diplomacia europeia considerou que " os próximos dias e semanas serão cruciais para avaliar a direção que o HTS irá tomar". Reconheceu que os actores regionais se interrogam sobre a mudança do grupo

terrorista. " Não vamos julgar o HTS pelas suas palavras, mas sim pelos seus actos", acrescentou, prometendo estar atenta à direção que o HTS vai tomar.

EMPL - Integração de migrantes no mercado de trabalho

A Comissão de Emprego e Assuntos Sociais (EMPL) do PE publicou um estudo que tem como objetivo principal analisar os desafios e as barreiras enfrentados pelos migrantes e refugiados na sua integração no mercado de trabalho, destacando práticas e políticas que possam melhorar esta integração e contribuir para a inclusão económica e social na UE. O estudo, disponível aqui, foca-se na integração laboral como um elemento essencial da integração económica dos migrantes e refugiados, definida pela Comissão Europeia como "o grau em que os migrantes alcançam níveis semelhantes de participação no mercado de trabalho comparativamente aos nacionais dos Estados-Membros da UE, utilizando as suas competências e concretizando o seu potencial económico".

Em termos de conclusões, desafios e recomendações, o estudo avança com o seguinte:

1. Dimensão do Desafio:

- Em 2023, a população migrante na UE totalizava 41,2 milhões de pessoas, representando 9,2% da população total da União. A maioria era composta por cidadãos de fora da UE (66%), enquanto 34% eram cidadãos móveis da UE.
- O Apesar de contribuírem significativamente para o mercado de trabalho, os migrantes e refugiados enfrentam taxas de desemprego mais elevadas, ocupam empregos de baixa remuneração e sofrem frequentemente de desqualificação laboral.

2. Benefícios da Integração Laboral:

- O Uma integração eficaz reduz a dependência do estado social, aumenta as contribuições económicas e aborda a escassez de mão-de-obra em economias envelhecidas.
- Os migrantes contribuem para a diversidade de competências e estimulam a produtividade através de complementaridades e especialização.

3. Desafios Identificados:

- o Barreiras linguísticas e dificuldades na aprendizagem de idiomas.
- Reconhecimento insuficiente de qualificações estrangeiras, resultando em perda de competências.
- O Discriminação e atitudes hostis por parte de empregadores e comunidades anfitriãs.
- Políticas de asilo que dificultam a entrada no mercado de trabalho, como períodos longos de espera e proibições de emprego.

4. Recomendações Políticas:

- Intervenções Precoces: Ação imediata após a chegada, incluindo cursos de línguas e programas de integração personalizados.
- Reconhecimento de Competências: Simplificar e agilizar os processos de reconhecimento de qualificações estrangeiras.
- O Políticas de Empregabilidade Ativas: Promover formação vocacional, estágios e apoio ao empreendedorismo para migrantes.

 Revisão das Políticas de Asilo: Reduzir os tempos de espera e permitir acesso ao emprego em estágios mais iniciais do processo de integração.

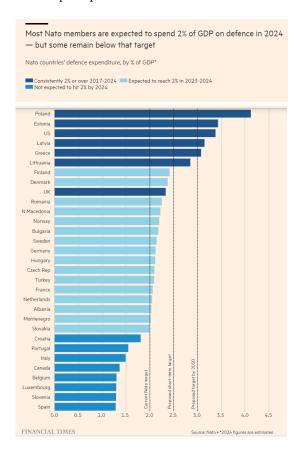
O estudo sublinha que a integração bem-sucedida no mercado de trabalho não beneficia apenas os migrantes e refugiados, mas também as sociedades e economias anfitriãs, especialmente num contexto de envelhecimento populacional na Europa. Para tal, recomenda-se uma abordagem integrada e coordenada entre os Estados-Membros, com políticas inclusivas e adaptadas às necessidades específicas dos migrantes e refugiados.

<u>4. DEFESA - INVESTIMENTO DOS PAÍSES DA NATO</u>

Esta semana, o Financial Times deu nota (aqui, para assinantes) de que os membros europeus da NATO estão a discutir a possibilidade de aumentar o objetivo de despesa com defesa para 3% do PIB na cimeira anual da aliança, em junho do próximo ano. Esta proposta surge num contexto de antecipação de um novo mandato de Donald Trump como presidente dos EUA e do reconhecimento de que os níveis de despesa atuais são insuficientes para apoiar a Ucrânia e dissuadir a Rússia. Embora 23 dos 32 membros da NATO atinjam o objetivo de 2% em 2024, sete países, incluindo Portugal, Itália e Espanha, continuam a falhar o compromisso estabelecido há uma década.

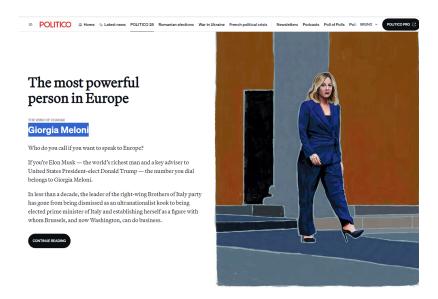
É feita referência a negociações confidenciais sobre esta matéria no quadro da NATO, que sugerem uma meta intercalar de 2,5% do PIB a curto prazo, com o objetivo de alcançar 3% até 2030. Esta mudança poderia ser formalmente acordada na cimeira da NATO nos Países Baixos, embora ainda enfrente resistência em várias capitais devido à pressão que colocará nos orçamentos nacionais. O aumento dos gastos com defesa seria um "sinal positivo" para os EUA, particularmente para Donald Trump, que, durante a sua presidência anterior, pressionou fortemente os países europeus a aumentarem os investimentos em defesa. Desde então, a guerra na Ucrânia levou a um aumento de cerca de 100 mil milhões de dólares nas despesas coletivas de defesa dos membros não americanos da NATO. Países como a Alemanha alcançaram pela primeira vez o objetivo de 2%, enquanto outros, como o Reino Unido, ainda enfrentam dificuldades para atender às exigências da NATO.

O FT apresenta um gráfico com estes dados, que reproduzimos:



5. *POLITICO -* AS 28 PERSONALIDADES MAIS INFLUENTES NA EUROPA

Todos os anos, o jornal *Politico* elabora uma **lista das vinte e oito pessoas mais influentes da Europa, entre os fazedores, os disruptores e os sonhadores que vão moldar a política e as políticas europeias no próximo ano.** A lista de 2025 está disponível <u>aqui</u> e destacamos que a pessoa considerada a mais poderosa na Europa é a Primeira-Ministra italiana, Georgia Meloni.



O Presidente do Conselho Europeu, **António Costa**, é considerado um dos "fazedores". A lista "POLITICO 28: Class of 2025" destaca as 28 personalidades mais influentes na política e nas políticas europeias para o próximo ano, categorizadas como "Fazedores" (Doers), "Disruptores" (Disruptores) e "Sonhadores" (Dreamers).

Fazedores (Doers): Líderes que impõem sua vontade e implementam ações decisivas:

- Ursula von der Leyen Presidente da Comissão Europeia.
- 2. Vladimir Putin Presidente da Rússia.
- 3. **Donald Tusk** Primeiro-Ministro da Polônia.
- Nadia Calviño Presidente do Banco Europeu de Investimento.
- 5. **Piotr Serafin** Chefe de Gabinete do Primeiro-Ministro da Polônia.
- Rachel Reeves Chanceler do Tesouro do Reino Unido.
- 7. **Stéphanie Riso** Vice-Chefe de Gabinete da Presidente da Comissão Europeia.
- 8. **António Costa** Primeiro-Ministro de Portugal.
- Sabine Weyand Diretora-Geral de Comércio da Comissão Europeia.



Disruptores (Disrupters): Indivíduos que desafiam o status quo e provocam mudanças significativas:

- 1. Friedrich Merz Líder da União Democrata Cristã da Alemanha.
- Teresa Ribera Vice-Primeira-Ministra e Ministra para a Transição Ecológica da Espanha.

- 3. Rafał Trzaskowski Presidente da Câmara de Varsóvia, Polônia.
- 4. Marine Le Pen Líder da Reunião Nacional, França.
- 5. Raffaele Fitto Ministro para os Assuntos Europeus, Itália.
- 6. **Péter Magyar** Líder do partido de oposição na Hungria.
- 7. **Herbert Kickl** Líder do Partido da Liberdade da Áustria.
- 8. Sahra Wagenknecht Fundadora de um novo partido político na Alemanha.
- 9. **Udo Zolleis** Assessor sênior de um líder político europeu.

Sonhadores (Dreamers): Visionários cujas ideias ousadas estão moldando o debate:

- 1. Mark Rutte Secretário-Geral da OTAN.
- 2. Andrii Yermak Chefe do Gabinete do Presidente da Ucrânia.
- 3. **Kaja Kallas** Alta Representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e Política de Segurança.
- 4. **Viktor Orbán** Primeiro-Ministro da Hungria.
- 5. **Armin Papperger** CEO de uma importante empresa de defesa europeia.
- 6. **Radosław Sikorski** Membro do Parlamento Europeu e ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros da Polônia.
- 7. **Papa Francisco** Líder da Igreja Católica.
- 8. **Pedro Sánchez** Primeiro-Ministro da Espanha.
- 9. **Arthur Mensch** CEO de uma empresa europeia de inteligência artificial.

Esta classificação reflete as figuras que têm o potencial de moldar o futuro da Europa no próximo ano.

6. COMISSÃO EUROPEIA -MIGRAÇÕES

A Comissão Europeia adotou esta semana uma comunicação destinada a apoiar os Estados-Membros na luta contra as ameaças híbridas decorrentes da instrumentalização da migração por parte da Rússia e da Bielorrússia (disponível aqui). Esta comunicação define medidas concretas, como a melhoria do equipamento de vigilância eletrónica, a instalação de sistemas de deteção móveis e o reforço das telecomunicações. Além disso, a Comissão clarifica o quadro jurídico aplicável, permitindo aos Estados-Membros, em condições excecionais e controladas, adotar medidas proporcionadas e temporárias que possam ir além do que está previsto no direito derivado da UE. Estas ações devem ser alinhadas com os princípios de solidariedade e cooperação leal, assegurando que os direitos fundamentais sejam respeitados sempre que possível.

7. COOPERAÇÃO INTERPARLAMENTAR

Património cultural²

No âmbito da dimensão parlamentar da Presidência Húngara do Conselho da UE a Assembleia Nacional da Hungria organizou nos passados dias 4 e 5 de dezembro, em Budapeste, a <u>Conferência Interparlamentar sobre o património cultural e a identidade das minorias nacionais tradicionais</u>. A Assembleia da República participou nesta conferência com uma delegação constituída pelos Deputados Jorge Galveias (CH) e Pedro Sousa (PS) da Comissão de Cultura, Comunicação, Juventude e Desporto.

A sessão de abertura contou com um discurso de boas vindas de László KÖVÉR, Presidente da Assembleia Nacional da Hungria, seguindo-se as intervenções de Theodoros ROUSOPOULOS, Presidente da Assembleia

² Ponto elaborado por Ana Montanha, Assessora da Comissão de Educação e Ciência.

Parlamentar do Conselho da Europa; Nicolas LEVRAT, Relator Especial das Nações Unidas sobre questões de minorias; Loránt VINCZE, Deputado do PE, Presidente da União Federal de Nacionalidades Europeias e Elisabeth SÁNDOR-SZALAY, Comissária Adjunta para os Direitos Fundamentais e provedora para os Direitos das Minorias Nacionais, que sublinharam <u>a importância da proteção das minorias nacionais para a preservação do património cultural europeu</u>, enfatizando a <u>diversidade linguística</u>, o respeito pelos direitos <u>humanos e o direito à diferença</u>. Abordaram também a necessidade de políticas inclusivas para enfrentar desafios emergentes, preservar o património cultural e promover a estabilidade geopolítica na Europa.

Os painéis que se sucederam, <u>Património Cultural e Proteção das Minorias Nacionais e Boas Práticas - O Cenário dos Direitos das Minorias Nacionais na Europa</u>, contaram com a contribuição de diversos especialistas, que partilharam um conjunto de informações e perspetivas enriquecedoras sobre estas temáticas.

O debate centrou-se na importância do vasto património linguístico e cultural na Europa, a importância de preservar a identidade e a diversidade europeias, e partilharam boas práticas na proteção dos direitos das minorias nacionais aludindo também aos constrangimentos que enfrentam. Por fim, Barna Pál ZSIGMOND, Vice-Ministro para os Assuntos da UE da Hungria, prestou informações sobre a Presidência do Húngara do Conselho da UE e Károly PÁNCZÉL, Presidente da Comissão de Coesão Nacional da Assembleia Nacional da Hungria encerrou a conferência. O vídeo da conferência em inglês encontra-se disponível aqui.

Estado de direito

Teve lugar, a 12 de dezembro, a reunião anual sobre o **Estado de direito na UE**, organizada pela Comissão de Liberdades Cívicas, Justiça e Assuntos Internos do PE. O detalhe está disponível <u>aqui</u> e a delegação da Assembleia da República foi composta pelos Deputados Pedro Neves de Sousa (PSD) e Deputada Isabel Moreira (PS), pela Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, e pelos Deputados Ricardo Araújo (PSD) e Manuel Pizarro (PS), pela Comissão de Assuntos Europeus.

Na primeira sessão, o debate centrou-se na eficácia dos atuais mecanismos de defesa do Estado de direito, em especial a aplicação de medidas de condicionalidade e o acesso aos fundos da UE, tendo sido sublinhada a natureza "descendente" das violações, enquanto outros defenderam os governos nacionais sob escrutínio, argumentando que a atenção sobre eles é politizada. Discutiram também questões relacionadas com a independência dos juízes, o combate à corrupção e a liberdade dos meios de comunicação social. Na segunda parte do debate, foram abordadas as preocupações com a redução do espaço da sociedade civil, incluindo as preocupações com a liberdade de reunião, a vigilância pelas forças da ordem e as ameaças aos membros das organizações da sociedade civil. No entanto, alguns oradores alertaram também para o envolvimento indevido das ONG em assuntos políticos, legislativos e judiciais, bem como para a sua falta de transparência financeira.

8. REUNIÕES DO CONSELHO DA UE

Conselho (Agricultura e Pescas)

Nos dias 9 e 10 de dezembro de 2024, os <u>Ministros da Agricultura e Pescas da UE</u> realizaram um debate de orientação sobre as oportunidades futuras para a bioeconomia e informaram o novo comissário da Agricultura e Setor Alimentar sobre os resultados do debate de outubro referente a uma Política Agrícola Comum pós-2027 centrada nos agricultores. Portugal destacou-se ao instar a Comissão a apresentar uma proposta específica para a aplicação de produtos fitofarmacêuticos com recurso a drones. No setor das pescas, as delegações de Espanha e Letónia, com o apoio de vários Estados-Membros, incluindo Portugal, abordaram o procedimento de Apuramento Anual de Desempenho, destacando as dificuldades na sua implementação.

Eurogrupo

O Eurogrupo <u>reuniu-s</u>e em Bruxelas para discutir a evolução económica da zona euro e avaliar os planos orçamentais dos Estados-Membros para 2025. O presidente do Eurogrupo, Paschal Donohoe, destacou a resiliência da economia da zona euro, com a inflação em queda e o emprego a manter-se em níveis recorde, prevendo-se a retoma do crescimento apesar das incertezas atuais.

Conselho (Assuntos Económicos e Financeiros)

O Conselho ECOFIN <u>reuniu-se em Bruxelas</u>, e a Presidência informou os ministros sobre o progresso das reformas aduaneiras, com um debate da Diretiva de Tributação da Energia, procurando equilibrar a ambição climática com as especificidades dos Estados-Membros e a competitividade da UE. A Comissão Europeia apresentou recomendações no âmbito da revisão da governação económica e do procedimento de défice excessivo, com os ministros a analisarem os planos fiscais e estruturais de 21 Estados-Membros.

Conselho (Justiça e Assuntos Internos) sobre Assuntos Internos

O <u>Conselho JAI</u> debateu questões relacionadas com a segurança interna e a gestão de fronteiras, adotando uma decisão que estabelece a plena adesão da Bulgária e da Roménia ao espaço Schengen. No domínio da migração, a Comissão atualizou os ministros sobre a aplicação do Pacto em matéria de Migração e Asilo, adotado em maio, com medidas preparatórias em curso para a sua aplicação a partir de junho de 2026. Durante o almoço de trabalho, foi debatida a dimensão externa da resposta aos desafios migratórios.

9. AGENDA DA PRÓXIMA SEMANA

Conselho Europeu

A agenda do Presidente desta instituição, António Costa, está disponível aqui.

Parlamento Europeu

A próxima semana será dedicada à sessão plenária do PE, destacando-se: <u>María Corina Machado e Edmundo González Urrutia recebem Prémio Sakharov 2024</u>; <u>Conselho Europeu de dezembro</u>; <u>Eleição do próximo Provedor de Justiça Europeu</u>; <u>debate sobre as consequências do fim do regime de Bashar al-Assad</u>; <u>debate sobre protestos na Geórgia</u>; <u>desinformação russa sobre a Ucrânia</u>; <u>debate sobre desinformação e riscos para a integridade das eleições.</u>

Comissão Europeia

A próxima reunião terá lugar a 17 de dezembro.

Conselho da UE

O <u>calendário</u> completo está disponível, estando previstas as seguintes reuniões: 16 de dezembro - <u>Conselho</u> (<u>Transportes</u>, <u>Telecomunicações e Energia</u>) sobre <u>Energia</u>; <u>Conselho dos Negócios Estrangeiros</u>, 17 de dezembro - <u>Conselho (Ambiente)</u> e <u>Conselho dos Assuntos Gerais</u>.

Bruxelas | 13 de dezembro de 2024

Para mais informações: <u>Bruno Dias Pinheiro</u>, Representante Permanente da AR junto da UE.

Pode consultar as Sínteses anteriores aqui (ARNet) ou aqui.